III Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História:
Epistemologias, Interdições e Justiça Social

ANAIS ELETRÔNICOS DO III COLÓQUIO NACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO E HISTÓRIA:

EPISTEMOLOGIAS, INTERDIÇÕES E JUSTIÇA SOCIAL

18, 19 e 20 de Junho de 2018

Unioeste – Campus de Marechal Cândido Rondon -PR

REALIZAÇÃO

Laboratório de Pesquisa e Estudos de Gênero – LAPEG

Linha de Pesquisa Cultura e Identidade – Programa de Pós-Graduação em História, Poder e Práticas Sociais.

APOIO

unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná

CAPES

Anais do III Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História: Epistemologias, Interdições e Justiça Social
ISSN: 2357-9544 – Laboratório de Pesquisas e Estudos de Gênero – LAPEG, UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon – PR, 2018

APRESENTAÇÃO

O Anais do III Colóquio de Nacional de Estudos de Gênero e História: Epistemologias, Interdições e Justiça Social, reúne uma série de trabalhos e pesquisas desenvolvidas nas mais diversas áreas dos estudos de gênero como a História, a Educação, o Direito, as Letras, a Saúde, entre outras disciplinas das Ciências Sociais e Humanas. Dessa maneira, estão publicados os textos desenvolvidos por profissionais do ensino superior (docentes, pesquisadores/as, estudantes de pós-graduação e graduação) e profissionais do ensino estadual, municipal e privado da educação básica, que participaram por meio comunicações orais apresentadas durante os dias 18 e 20 de junho de 2018, datas da realização do evento.

A organização do Colóquio, enquanto um evento de âmbito nacional, se propôs a constituir um espaço de articulação e diálogo entre os diversos campos do conhecimento que, de alguma maneira, utilizam a categoria gênero em relação à atividade de pesquisa, ensino e extensão. Para tanto, esta terceira edição do Evento contou com conferências, mesas redondas, simpósios temáticos, oficinas e minicursos, que contribuíram para construção do debate.

A reunião de pesquisadores/as nacionais e internacionais em torno do debate sobre as epistemologias, as interdições e a justiça social, ofereceu à comunidade acadêmica e geral reflexões sobre gênero e história. Neste contexto, o evento foi desenhado para propor leituras históricas que tratem das dimensões teórico-metodológicas que envolvem os estudos de gênero, assim como a apresentação de estudos de caso, abrindo possibilidades para desenvolvimento dos debates e das pesquisas no âmbito da História das Mulheres, dos Estudos de Gênero e da Diversidade.

A programação do Colóquio contou, portanto, com palestras de professoras/es e pesquisadoras/es com vasta experiência no campo dos Estudos de Gênero, História e Educação, apresentando suas pesquisas que de maneira geral discutiram desde aspectos essencialmente teóricos até questões políticas, refletindo o atual cenário nacional; a educação e próprio ambiente universitário. Dessa maneira, na conferência de abertura tivemos a presença da Dra. Ana Paula Vosne Martins (UFPR), autoridade na questão do debate de gênero e maternidade

no Estado do Paraná; no segundo dia de evento tivemos a conferência da Dra. Teresa Ordorika Sacristán Universidade Nacional do México, representando a parceria internacional que a Unioeste firmou com a referida universidade; na conferência de encerramento tivemos a presença da Dra. Joana Maria Pedro (UFSC) autoridade nacional e internacional no debate do feminismo, gênero, história das mulheres, políticas públicas e movimentos sociais de mulheres.

Além disso, as três mesas redondas realizadas durante o evento apresentaram debates acerca das temática "Violência de gênero: dimensões subjetivas, históricas, social e cultural", "Ensino de História e Interdições" e "Gênero e Interseccionalidades". Ambas contando com as respectivas falas da Dra. Lidia Maria Vianna Possas (UNESP), Dra. Rosemeri Moreira (UNICENTRO), Dra. Eliane Rose Maio (UEM), Dra. Marlene de Fáveri (UDESC), Dra. Aparecida Darc de Souza (UNIOESTE), Dra. Ana Maria Marques (UFMT), Dra. Megg Rayara Gomes de Oliveira (UFPR) e Dr. Losandro Antonio Tedeschi (UFGD).

Ademais, foram oferecidas oficinas e minicursos sobre temas como corpo, arte, economia feminina, agricultura e direitos humanos. Nos simpósios temáticos, por sua vez, foram apresentadas aproximadamente 150 pesquisas em diferentes áreas e níveis de ensino acerca de temáticas como violência de gênero, masculinidades, teoria queer, historiografia, resistências, movimentos sociais, ensino, literatura, entre outras temáticas. Essas discussões que também perpassaram as conferências contribuíram para construção do debate sugerido título do evento acerca das epistemologias, das interdições e intersecções dos sujeitos e da justiça social.

A partir dessas apresentações a presente publicação reúne os trabalhos completos frutos de pesquisas e das discussões apresentadas no evento. Que a publicação e leituras dos textos compilados aqui continue o trabalho de estimulo e propagação das análises acerca das mulheres, do gênero e da diversidade.

Carla Cristina Nacke Conradi

Ivonete pereira

Coordenadoras do Colóquio

O entrelaçar de narrativas e militâncias e a construção de uma história de protagonismo político de mulheres na resistência à ditadura no Paraná..... 906

Carla Cristina Nacke Conradi

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11 – O trabalho de cuidados como problema epistemológico, como função social substantiva para existência humana e funcionamento das sociedades atuais 922

Relações de afeto e a banalização da injustiça social: memórias de trabalhadoras domésticas – Guarapuava – 1980/2015 924

Jadson Stevan Souza da Silva

Quem cuida se eu não cuido? Relações entre mães e educadoras nos CMEI´s de Guarapuava quanto aos cuidados e educação das crianças 936

Rafaela Mezzomo

O trabalho de cuidados como problema epistemológico e função social substantiva.... 948

Silvia Lilian Ferro

A invisibilidade social e acadêmica dos cuidados 965

Shirley Lori Dupont

Violência no âmbito familiar: uma análise acerca da relação entre a violação de direitos na infância e a violência contra as mulheres atendidas pelo Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude – NEDDIJ – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – Campus de Marechal Cândido Rondon 978

Amanda Beatriz Louris; Bruna Fabian; Carla Liliane Waldow Esquivel; Elizângela Treméa Fell; Francieli Pinheiro; Ramon Augusto Sobreiro Hernandes; Valdecir Daniel Passarini de Oliveira

O TRABALHO DE CUIDADOS COMO PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO E FUNÇÃO SOCIAL SUBSTANTIVA.

Silvia Lilian Ferro[251]

RESUMO: O trabalho de cuidados foi ignorado nos âmbitos formais do conhecimento especialmente desde os primórdios do surgimento da Economia Política no século XVIII, por ser considerado uma atividade que não gera bens duráveis e, portanto, não intercambiável como mercadoria como sim acontece na produção artesanal e fabril. O cuidado como trabalho que produz valor e sustenta o conjunto das atividades econômicas foi evadido no pensamento cientifico, mesmo sendo aceito socialmente o seu papel como suporte fundamental para a qualidade dos processos vitais das pessoas. Achava-se, que o trabalho de cuidados deveria ser provido só pelas mulheres, "naturalmente" dotadas e dispostas para fazê-lo. A ação de cuidar de outros foi, e é, vista como um aspecto quase instintivo da feminilidade. A Economia Feminista surgida nos espaços acadêmicos do Norte Global na década dos 90 do século XX coloca a importância social, econômica e cultural do trabalho de cuidados para o funcionamento das atividades econômicas, tendo estas contribuições influência crescente nos movimentos sociais porem ainda iniciais nas políticas públicas. O Cuidado como categoria científica está tendo um desenvolvimento teórico significativo nas Ciências Sociais do Norte Global e também recentemente em Latino-América nos âmbitos universitários de países sul-americanos. Alguns desses países estão gerando algumas instituições públicas e leis reconhecendo sua função social, porém continua sendo pouco conhecido nos âmbitos acadêmicos no Brasil. Esta comunicação tem como objeto apresentar uma reflexão interdisciplinaria desta nova

[251] Doutora em Ciências Sociais pela *Universidad Pablo de Olavide* (Sevilha-Espanha). Pós- doutorado no Centro de Estudos Avançados da *Universidad Nacional de Córdoba* (Argentina) Professora no Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP) da Universidade Federal para Integração Latino-americana (UNILA) Brasil. lilian.ferro@unila.edu.br

perspectiva epistemológica, teórica e metodológica denominada Economia dos Cuidados.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho de Cuidados. Economia Feminista. Antropologia Econômica.

INTRODUÇÃO

Recentemente novas perspectivas teóricas surgidas nas Ciências Sociais incorporam-se em âmbitos de renovação epistemológica nos diferentes campos disciplinares, direcionadas algumas vezes para aplicação em políticas públicas. É o caso das inovações e propostas de ação pública surgidas no espaço disciplinar conhecido como Economia Feminista (EF) Este espaço promove debates de renovação teórica e metodológica das ciências econômicas (WARING, 1989), fornecendo ademais apoio acadêmico nas demandas de coletivos sociais.

Poderíamos situar os seus inícios no último quarto do Século XX a partir de algumas publicações de relevância que discutem o protagonismo das mulheres no desenvolvimento econômico global (BOSERUP, 1970) assim como outras que continuam a polêmica não saldada entre o marxismo e o feminismo pelo Trabalho Doméstico (BENERIA, 1979) acontecida na década dos 70 nos circuitos acadêmicos do Norte Global questionando os supostos da análise econômica que habitualmente não incorporam os trabalhos domésticos e reprodutivos- feitos majoritariamente pelas mulheres,assim como seu valor macro, meso e microeconômico (ELSON, 1994).A sua relação com as demais esferas da atividade econômica foi amplamente analisada pela EF e a interdependência entre produtores de bens e serviços mercantilizáveis com aqueles que fornecem cuidados (ENGLAND, 1994. Desde a década dos 90, e especialmente nos primeiros anos do Século XXI, podemos notar já uma crescente legitimação acadêmica desta perspectiva expressada na aparição de artigos em renomadas revistas e periódicos científicos e fundamentalmente, na criação da *International Asociation for Feminist Economics*

IAFFE que realiza desde então encontros regulares no globo, ademais de contar com uma publicação permanente: a *Feminist Economics Review* .

A EF em conjunto com as contribuições das Teorias Institucionalistas Críticas- com forte presença mundial destas últimas desde o Prêmio Nobel de Economia obtido em 1998 pelo economista indiano Amartya Sen- possibilitam significativos avanços nos estudos do bem-estar da população, medição do trabalho integral –remunerado y no remunerado- implicado na geração e distribuição da riqueza em cada caso nacional e a incorporação nos Sistemas Nacionais de Contas Públicas (GÁLVEZ, 2004) criando também metodologias relevantes, por exemplo, os Orçamentos de Tempo (*Time´s Budget*).Uma das suas contribuições teóricas fundamentais é fazer visível para a ciência o cuidado, eixo basal e ordenador das atividades de produção material da vida e suporte basal das condições de vida da população (PICCHIO, 2001) e da qualidade dos processos da vida (NUSSBAUM & SEN, 1993) em escala individual, interpessoal, familiar e social (FOLBRE,1994).

Nos seus inícios os debates promovidos pela Economia Feminista se direcionaram para aspectos epistemológicos e metodológicos da Teoria Econômica e, sobretudo, da Teoria Econômica Neoclássica (IRONMONGER, 2001) por conta de ser tida como base teórica comum e inquestionável das políticas públicas. Hoje os aportes da EF abarcam todo o espectro de especificidades. Desde políticas comerciais (ESPINO e AMARANTE, 2003), Economia do Desenvolvimento (PEARSON, 1999) políticas fiscais (DE VILLOTA, 2003), produção de Estatísticas Públicas (PAZOS MORÁN, 2007) até nas escalas macroeconômicas. Destacam-se as inovadoras propostas de políticas e sistemas públicos de cuidado (O´HARA, 2014) desde o sub-campo surgido denominado Economia do Cuidado.

Estes enfoques transcenderam a sua origem no Norte Global, fundamentalmente europeu, para se inserir nos circuitos da produção acadêmica da maior parte do globo (SEN, 1994) chegando a Latino-America nos últimos anos e especialmente com muita força na Sul-América. Aqui o debate provocado pela Economia do Cuidado ao respeito do bem-estar humano como centro e finalidade de toda atividade econômica se poderia

encontrar sinergicamente com as propostas dos povos originários, especialmente andinos, para um novo paradigma de produção e distribuição da materialidade que sustém a vida, alem da humana, chamadas do Bem-Viver: *Sumak Kawsay* (LEON, 2008 e CAROSIO, 2009).

Um espaço institucional supranacional de viés técnico, com muita influência no âmbito acadêmico latino-americano porque elabora e recomenda políticas públicas regionais, nacionais e subnacionais é a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) parte do Sistema de Nações Unidas que tem uma área especializada, *Unidad de Asuntos de Gênero,* que sistematiza e atualiza permanentemente este campo de pensamento e propostas de ação pública.

Nas políticas públicas de países do Norte Global e também em menor medida em países latino-americanos está se começando incorporar os aportes vindos da Economia dos Cuidados, por exemplo, os chamados Sistemas de Cuidado facilitando uma confluência de diversas políticas públicas orientadas em comum ao bem-estar da população.

O cuidado como problema.

Os sistemas criados para organizar a convivência humana e provisão de bens e serviços precisos para sustentar a materialidade da vida em nossas sociedades parecem estar estruturalmente ameaçados na sua abrangência e universalidade efetiva.

Nesse sentido a definição clássica substantivista (POLANYI, 2012) do sistema econômico como o conjunto das atividades orientadas à subsistência humana se desencontra com a Economia-Ciência que decorre de forma autorreferencial sobre funcionamento, dinâmicas, alcances de análise e teorias.É o que este autor denomina enfoque "formalista" da atividade econômica e concorrentemente do pensamento especializado sobre ela. A sociedade de mercado *"enraizada"* segue sendo o núcleo organizador das sociedades regulando quase todos os aspectos da convívio humano Assistimos ao deslocamento do bem-estar humano como principio norteador e destino

primordial de toda produção de bens y serviços, para se tornar em apenas um insumo a mais e subordinado à produção mercantil como colocara Amartya Sen (1999).

Ainda com todas essas ameaças estruturais, o bem-estar humano continua sendo sustentado e garantido em níveis basais quanto menos, pelos trabalhos de cuidados. Esta organização e provisão permanente e sem interrupção de trabalhos de cuidados, insumo invisível porem para a análise econômica convencional até poucos anos ê atualmente minimizado na sua abrangência e consequências por parte das políticas públicas, dado que a responsabilidade pelas suas prestações foi terceirizada sem ônus ao interior das famílias. Dentro dos lares a responsabilidade perpetua de fornecê-los recaiu historicamente, e ainda ocorre, sobre os tempos, energias e saberes transmitidos por gerações entre mulheres. Este ordenamento foi, e ainda é legitimado pelos discursos das normas legais, as políticas públicas, o funcionamento dos mercados laborais, pela cultura, pelos apelos ao consumo e pelas religiões entre outros atores sociais que são referentes discursivos nas nossas sociedades.

A divisão sexual do trabalho de antiga origem mediterrânea segue influenciando através dos séculos, porem desde a Modernidade com uma valoração pública diferente, ainda que continue pensando-se em esferas separadas.

A novidade da Modernidade é que sobre essa diferencia de esferas de trabalho instaura uma valoração hierarquizada, subalternizando o aporte do trabalho doméstico respeito da esfera mercantil como coloca Adam Smith no Século XVIII que o denominou "improdutivo" em oposição ao trabalho que se realiza na esfera mercantil porque na sua concepção o trabalho doméstico no gera bens tangíveis, com valor agregado como sim o faz, na sua ideia, o trabalho "produtivo" (SMITH, 1776). Para este autor, a esfera produtiva é só a das mercancias geradas por outras mercancias, por exemplo, trabalho assalariado, insumos, valor agregado tecnológico que criam o preço junto com outros elementos extra-produtivos. Outra das características do trabalho doméstico que para Smith é indicador de sua falta de valor econômico é a sua evanescência: "Sus servicios perecen, por lo general, en el mismo instante de su ejecución y raramente dejan tras ellos

valor alguno por el que se pueda conseguir posteriormente uma misma cantidad de servicios" (SMITH, 2012,p.387)

Para ele o protagonista da ação "econômica" é aquele que movido pelas ânsias de lucro para satisfazer tanto suas necessidades como suas expectativas, ou seja, o seu "egoísmo natural", se lance a produzir bens y serviços intercambiáveis nos mercados. Este *Homo Economicus* individual, racional e egoísta é concebido ademais desprovido de interdependências e responsabilidades de cuidado dos outros, possibilitando o seu funcionamento "livre" é, portanto idealizado como masculino em oposição ás mulheres que atuam na esfera das dependências de uns com outros e não tem, nem deveriam ter liberdade de ação porque estão confinadas a cuidar dos outros funcionalmente para que estes possam ser os protagonistas da esfera mercantil.

O reconhecimento do que pode ser considerada mercancia está também historicamente concebido. Assim Polanyi (2012) adverte que o passo para uma sociedade de mercado enraizada estaria dado pela consideração como mercancia do trabalho humano e da terra tornando-os mercancias para produzir mercancias (POLANYI, 2012).

O que se considera hoje ou não mercancia esta afetado também pela conotação negativa que imprimiu o marxismo na sua acepção de instrumentalização, donde a alienação é uma consequência indesejável de colocar todo o esforço e a criatividade humana no altar do intercâmbio mercantil sem ter participação plena na sua propriedade ou lucros resultantes. Surpreende que o marxismo quando debate o conceito de alienação desde a segunda metade do século XIX, não tinha conseguido ver justamente que o trabalho de cuidados está no topo da alienação- ainda por cima ainda do trabalho de operário da fabrica- pelo repetitivo, desvalorizado e por muito tempo nem considerado trabalho e tão consumidor de tempos e energias e responsável também pela edificação da subjetividade alienada. Diferente do trabalho industrial de onde surge o conceito alienação, o trabalho de cuidados composto por duas vertentes trabalho doméstico e trabalho reprodutivo eventualmente, não deixa pisadas depois de utilizado pelos seus beneficiários.

No trabalho alienado fabril e do conjunto do trabalho reconhecido como tal mediante o salário, intermediam reconhecimentos que podem ser julgados mais os menos satisfatórios e se organizam demandas coletivas por ele, como o preço do salário, as condições nas quais se desenvolve o trabalho, os tempos diários e até o seu reconhecimento como fonte de direitos laborais e da seguridade social.

No século XX mudanças demográficas e o incremento da participação feminina nos mercados laborais e na Educação Superior em todo Ocidente especialmente a partir da década dos 70 colocaram a urgência da questão da redistribuição dos cuidados na agenda publica. As mulheres saíram dos espaços domésticos, os homens não entraram o suficiente, o Estado não fornece infraestrutura publica apropriada e o setor privado segue atuando como se não se beneficiara do cuidado e por tanto sem nada a ver com ele. Então quem cuida?

O constante descenso das taxas de natalidade e o aumento da idade do início reprodutivo das mulheres, especialmente nos setores meios urbanos, são a resposta para esta ordem das coisas que colocou às mulheres na difícil superposição do tempo de trabalho remunerado com o tempo de trabalhos de cuidados quase em exclusiva sobre os seus tempos, energias e especialização. A falta de distribuição equitativa do trabalho doméstico e do trabalho reprodutiva entre homens e mulheres nos núcleos de convivência assim com insuficiente infraestrutura pública de apoio às demandas mais críticas de cuidados: crianças, idosos dependentes, doentes e com deficiências físicas ou neurológicas permanentes, assim como até demanda de cuidados dos próprios adultos sãos, confrontaram às mulheres insertas na educação superior e nos mercados laborais ante a realidade da elasticidade finita do insumo tempo. O dia tem 24 horas para ambos os sexos, mas a superposição do tempo de trabalho remunerado, formação e trabalhos de cuidados recaem quase em exclusiva sobre as 24 horas da parte feminina da população.

A transição demográfica é a resposta à falta de debate público e coletivo pelas responsabilidades do cuidado tanto no nível interpessoal, coletivo e institucional. Concorrentemente o crescimento da expectativa de vida da maior parte das sociedades do globo em um claro processo de velhice da população incrementa a demanda de cuidados.

De pirâmides demográficas em poucas décadas temos cogumelos demográficos (DURAN, 2016), o caso paradigmático é o Japão. Internacionalização das demandas e fornecimentos do trabalho de Cuidado, correntes migratórias intensificadas Sul norte global, cadeias globais de cuidados, remesas, e um sem-número de aspectos relacionados colocaram a evidência, especialmente na Europa, de uma verdadeira Crise dos Cuidados (PEREZ OROZCO, 2006).

A resposta nas políticas públicas começou com políticas de "conciliação" entre os tempos da vida laboral e familiar. Esta solução logo se mostrou insuficiente porque sua proposta produz o efeito de fazer flexível demais no sentido de precariedade a situação laboral das trabalhadoras para que possam seguir assumindo assimetricamente o custo da conciliação entre esferas tão incompatíveis por conta dos tempos, deslocamentos em urbes cada vez mais crescidas, transporte público deficitário e minimização simultânea das redes de apoio informais pela tendência à nuclearização das famílias. Esta falta de reparto das responsabilidades do cuidado nos núcleos de convivência, mais a falta de políticas de conciliação para ambos os sexos que façam mais compatíveis as características dos empregos atuais com as responsabilidades do cuidado geram efeitos de segregação vertical e horizontal dos mercados de trabalho por razões de gênero (WARING,1989) impactando desproporcionadamente nas mulheres. A maternidade impacta nas trabalhadoras de uma forma não recíproca respeito da paternidade aos trabalhadores.

Entanto nos sistemas estatísticos de países do Norte Global lentamente tenta-se medir a magnitude do problema. Inicia-se evidenciar a sua contribuição à sustentabilidade dos sistemas econômicos através das Contas Satélites orbitando os Sistemas de Contas Nacionais que seguem funcionando como se esse tipo de trabalho não existiria. Entanto a imigração, tanto legal como ilegal, sustem a continuidade do funcionamento produtivo dentro e fora dos lares dos países do Norte abaratando os custos do trabalho remunerado e mostrando logo problemas decorrentes.

A transição demográfica como sintoma da "crise dos cuidados" chegou aos países latino-americanos também e começa a se discutir o cuidado.

O cuidado como trabalho

Seguindo a Duran (2012) os protagonistas do Cuidado são de três tipos "1. indivíduos que se autocuidam, plena o parcialmente. 2. cuidadores não remunerados (familiares y amigos, voluntariado). 3. trabalhadores do cuidado remunerados." (p.115).

A demanda de cuidados é universal. Demandam cuidados tanto infantes como idosos e adultos sãos (PICCHIO, 2001. Demandam cuidados homens e mulheres porem elas estão, ademais, atribuídas para serem fornecedoras quase exclusivas. Considera-se redutivo localizar a pressão da demanda de Cuidados só nos núcleos de convivência donde existem crianças como aparece em grande parte da literatura especializada porque;

> Los datos relevantes de los estudios sobre o uso do tempo nos indican que es reduccionista pensar que las únicas pessoas que utilizan o trabalho doméstico y de cuidado son los niños y niñas y los ancianos y ancianas. Detrás de las pessoas débiles se esconden tambien personas fuertes, sobre todo varones adultos, que utilizan o trabalho doméstico y de cuidado de las mulheres como apoyo fundamental para a sostenibilidadede su vida, não sólo en periodos de crisis, sinão también, y sobre todo, en la normalidad cotidiana. (p.3)

Seguindo a BATTHYANI (2015) existem três tipos de trabalho: o "productivo, de carácter social, colectivo, mediante el cual se producen los bienes que constituyen en conjunto la riqueza social" (p. 9), o "doméstico de carácter individual, mediante el cual se satisfacen necesidades cotidianas como la alimentacion, la higiene, la salude y el mantenimiento de la casa" (p. 9) e por último aquele de "crianza de hijos e hijas" que chamamos de Trabalho Reprodutivo. Este último tipo de trabalho se realiza dentro e fora do lócus doméstico.

O trabalho de cuidados compreende o segundo e terceiro tipo de trabalho seguindo essa classificação. Só pelo primeiro tipo pode se reclamar a consideração de emprego se fosse formalizado, de contribuinte à geração de riqueza,originador de direitos pelo qual

existe incluso representação gremial.Por ele se obtém remuneração, se questiona a partir dele a distribuição funcional da renda, e é objeto e missão institucional de áreas estatais nacionais e supranacionais, assim como ele é contabilizado nas contas públicas nacionais.

Pelo contrário o trabalho de cuidado, remunerado ou não remunerado, se caracteriza por: 1) enormes quantidades de tempo; 2) especialização e profundo conhecimento das características, histórico de saúde e preferências dos seus beneficiários; 3) seu produto principal são serviços pessoais; 4) seu produto é fungível; 5) se espera que provedores e beneficiários estabeleçam relações afetivas para melhorar sua qualidade de provisão: 'No marco da família, seu caráter e à vez obrigatório e percebido frequentemente como desinteressado outorga-lhe uma dimensão moral y emocional" (p.10) quando não colocado diretamente na ordem das leis "naturais" como instinto sediado no psique feminino.Ainda quando não é remunerado nem valorado socialmente se espera o exige que seus fornecedores se mostrem felizes e satisfeitos ao fazê-lo (FERRO, 2016). Medindo o total em unidades de tempo predomina aquele não remunerado, prestado em núcleos de convivência e com beneficiários vinculados por parentesco. Quando remunerado, ademais de feminizado quase em exclusiva, mesmo que aquele não remunerado, frequentemente não é contemplado nas leis que regulam as prestações laborais, e quando sim é, ocupa as escalas salariais mais baixas e com altos níveis de informalidade e precariedade em todos os países.

O trabalho de cuidados também se vê atingido pelos impactos de políticas macroeconômicas recessivas porque compensa- principalmente no seu componente de trabalho doméstico- serviços e bens que nas etapas de maior poder aquisitivos conseguem ser adquiridos. As políticas de ajuste fiscal desencorajam a criação de empregos incrementando a quantidade de pessoas desempregadas e subempregadas que criam estratégias de substituição de gastos nos lares pressionando sobre o volume de trabalho doméstico e reprodutivo. Estas estratégias de "fazer na casa" para não ter que comprar "fora" muito significativas em períodos econômicos inflacionários e recessivos, constituem *de fato* um colchão para amortecer o atraso (PICCHIO, 1999) entre

expectativa de consumo, poder aquisitivo dos salários e esquemas regressivos da distribuição do ingresso ocasionados eventualmente pelas políticas econômicas nacionais.

Por todo isto, estes enfoques transcendem ao reconhecimento dos lares como agentes econômicos como colocou a teoria neoclássica, alem também do seu papel na reprodução da mão de obra que pode vislumbrar o marxismo e alem do interessado louvor das duplas e triplas jornadas que suportam as mulheres por conta da falta de democratização nas responsabilidades do trabalho de cuidado, que os enfoques neoliberais estão sempre prestes para dar.

A Economia dos Cuidados em América Latina

Por Economia dos Cuidados se alude ao dimensionamento econômico da geração, provisão e impactos macro, meso e micro institucionais dos sistemas de cuidado, em suas dinâmicas individuais, familiares e coletivas e dos seus aspectos materiais e simbólicos. É um raciocínio pan-óptico que abrange mais elementos que a provisão de serviços de cuidados mediante o trabalho *ad hoc* cuja maior parte se desenvolve no lócus doméstico. Gera metodologias quantitativas e qualitativas tanto para a Economia Ciência como para reconhecer e medir o seu peso especifico na atividade econômica.

Na década dos 90 surgiram promovidas desde organismos multilaterais internacionais toda uma bateria de políticas focalizadas no combate à pobreza, muitas delas centradas nas transferências monetárias condicionadas e baseadas em patamares de eficiência orientadas às mulheres como destinatárias pela sua melhor administração de tais recursos em pós do bem-estar familiar que os estereótipos de gênero lhes atribuem. As chamadas políticas sociais focalizadas, foram em verdade políticas “Cinderelas” que contribuíram a conter o mal estar social com mínima inversão e sem que se coloque em debate às políticas públicas centrais as que não precisam de adjetivos porque são a medida das coisas.

Em países latino-americanos inicia debater-se-á questão do Cuidado porem confinada nos âmbitos universitários, em organismos internacionais sediados na região e em algumas organizações da sociedade civil. Um âmbito que elencou decisivamente a passagem da questão do Cuidado desde o âmbito acadêmico e técnico ao das políticas públicas é o *Observatório da Igualdade de gênero de América Latina y el Caribe* criado em 2007 no marco da *Décima Conferencia Regional sobre la Mujer de América* Latina *y el Caribe* pela iniciativa dos Estados Parte de CEPAL-ONU.

O enfoque econômico o aborda como "bem público essencial para o funcionamento das sociedades" (RICO e ROBLES, 2016:5) ademais de se enquadrar como direito para outras perspectivas "legalistas". O debate atual do cuidado têm severas limitações conceituais em quanto a seu objeto porque abordam o cuidado direcionado a grupos sociais específicos ou em etapas da vida singulares como nascimento e infância. São enfoques focalizados, não conseguindo vê-lo como aspecto sistêmico de nossas sociedades (RICO e ROBLES, 2016).

Os enfoques de políticas vinculadas ao Cuidado existentes podem se catalogar como:

-o cuidado como convergência dos sistemas públicos de proteção sociais generalizados e com distintos níveis de amplitude de cobertura em países da região .

- "Políticas de Cuidados" desde o modelo de políticas focalizadas circunscritas ao campo de intervenção pública do "social", ou seja, como convergência de políticas sociais.

-as que tentam atuar em forma transversal propondo um sistema público de cuidados que é articulação, confluência e centralização de distintas prestações do espectro.

Como programas emergentes de políticas públicas de cuidados podem-se mencionar três experiências em desenvolvimento. Destaca-se o caso uruguaio com sua Lei N 19.353 que cria o Sistema Nacional Integrado de Cuidados, a Lei N 9.220 da *Red Nacional de Cuido y Desarrollo Infantil* na Costa Rica, no Chile o Programa *Chile Crece contigo* e nos demais países latino-americanos algumas políticas e programas orientadas à natalidade, infância, deficiências e velhice (RICO e ROBLES, 2016). Quando existem

se focam nos beneficiários potenciais do Cuidado e não na situação de quem fornece cuidados. Espanha gerou um marco exemplificador com a Lei 39/2006 da Promoção da Autonomia Pessoal e Atenção às Pessoas em situação de Dependência que inicia se visibilizar e atuar respeito à provisão dos cuidados.

Existem experiências regionais incipientes de criação de leis que incorporam a questão do cuidado, medições nos sistemas de estatísticas públicas especialmente nas Pesquisas Permanentes de Domicílios que estão inserindo estas novas metodologias em alguns países.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não ha aspecto mais substantivo para a vida humana e não humana que o cuidado. A capacidade de adquirir bens e serviços imprescindíveis para a materialidade da vida humana está mediada pelos preços, os ingressos, os insumos disponíveis e pelas convenções sociais sobre as necessidades básicas. Cada geração possui demandas específicas e o câmbio tecnológico produz soluções e também novos problemas. Estas condições são cambiantes, dinâmicas y restringidas por fatores macro, meso e microeconômicos.

A questão do cuidado ingressa ao debate coletivo e á agenda pública porque há disputa nos núcleos de convivência sejam de caráter familiar ou não pelo investimento e utilidade de um insumo não renovável e não acumulável como é o tempo humano.

É o trabalho de cuidados com os seus dos componentes principais: trabalho doméstico e trabalho reprodutivo, que reduz a alta volatilidade das condições da vida atual produzindo bem-estar continuo e duradeiro.

A Economia Feminista, desde os ´90 (S.XX) consolida um espaço de visibilidade institucional recuperando algumas de estas discussões que iniciaram com a visibilidade das mulheres como agentes econômicos principais até o presente em que fornece junto a outras correntes teóricas heterodoxas da Economia um novo paradigma de pensamento,

metodologia e ação..

Esta renovação epistemologia da Economia Ciência já obteve importantes logros nas últimas décadas, produzindo um corpus teórico de densidade e qualidade inquestionável. É preciso ainda, ser uma proposta para a sociedade, fazendo fácil de compreender y reconhecer para os coletivos os seus benefícios em matéria de convivência, de equilíbrio, de garante da qualidade dos processos da vida humana e também para as futuras gerações.

Para poder colocar ao cuidado na sua verdadeira dimensão estrutural de sustém e garante do bem-estar humano haverá que independê-lo do debate social pela igualdade de gênero porque de seguir assim continuará confinado apenas no reconhecimento ético sobre sua importância sem possibilitar uma redistribuição sistêmica e concreta.

REFERÊNCIAS

BATTHYANI, K. Las políticas y el cuidado en América Latina.Una mirada a las experiencias regionales.In: **Serie Asuntos de Género**. Montevideo: CEPAL-AECI, 2015.

BENERIA, L. Producción, Reproducción y división sexual del trabalho. In: **Cambridge Journal of Economics**. U.S.A, 1979.

BENERÍA, L. **Gender, development, and globalization: economics as if all people mattered.** New York: Routledge, 2003.

BOSERUP, E. **Woman's Role in Economic Development**. New York: St. Martin's Press, 1970.

CAROSIO, A. Feminismo latinoamericano: imperativo ético para la emancipación. In: GIRÓN, A. y VARGAS, V. (Org.) **Género y Glocalización** .Buenos Aires: CLACSO,2009.

CARRASCO, C. La sostenibilidad davida humana ¿Un asunto de mujeres?.In: LEÓN, M.(Comp.) **Mujeres y Trabalho. Cambios impostergables**. OXFAM, Brasil, 2003.

DE VILLOTA, P. **Economía y Género. Macroeconomía, política fiscal y liberalización. Análisis de su impacto sobre las mujeres**.Barcelona:Ed. Icaria ,2003.

DURÁN, M. Á. **El trabalho no remunerado en la economía global**. Bilbao: Fundación BBVA, 2012.

DURÁN, M. Á. El futuro del Cuidado. Envejecimiento de la población y sus consecuencias.In:**Pasajes. Revista de pensamiento contemporáneo. No.** 50. España: Universidad de Valencia, 2016.

ELSON, D. Micro, Meso and Macro. Gender and Economic Analysis in the Context of Policy Reform. In: BAKKER, I. (Ed.) **Strategic Silence: Gender and Economic Policy**. London: Zed Books, 1994.

ENGLAND, P. **The Separative Self: Androcentric Bias in Neoclassical Assumptions Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics**. USA: University of Chicago Press,1994.

ESPINO, Alma y AMARANTE, Verónica **Los impactos de género de las políticas comerciales. Avances de Investigación para la investigación y acción**. Montevideo: Universidad de la República , 2003.

FERRO, S.L. Economía del cuidado. Debates conceptualese implicancias políticas. In:DELICH,F.y DE PABLO,J.C.(Coord.) **Economía, política y sociedad: Smith, Ricardo, Marx, Keynes,Schumpeter,Prebisch.** Córdoba: Comunicarte, 2016.

FOLBRE, N. Children as Public Goods. In: **The American Economic Review** Vol. 84. USA, 1994.

GÁLVEZ, T. Incorporación del Trabalho Reproductivo en las cuentas nacionales.**Curso Economia y Género**. Argentina: PRIGEPP-FLACSO, 2004.

IRONMONGER, D. Household Production and the Household Economy. **Research Paper**. Department of Economics. Australia: University of Melbourne, 2001.

LEÓN, M. Después del desarrollo: El buen vivir y las perspectivas feministas para otro modelo en América Latina.In: **Umbrales. Revista del Postgrado Multidisciplinario en Ciencias del Desarrollo,** La Paz: , 2008.

NUSSBAUM, M.; SEN, A. **The Quality of life**.England: Oxford University Press and New York: Clarendon Press,1993.

O'HARA, S. Everything Needs Care: Toward a Context-Based Economy.In:Bjørnholt, M; McKay, A. C**ounting on Marilyn Waring: New Advances in Feminist Economics**. Bradford: Demeter Press,2014..

PAZOS MORÁN, M. Una buena estadística pública como medio para reorientar todas las políticas públicas hacia la igualdad. Ponencia presentada en **Jornada Técnica El género como eje transversal del Plan Estadístico de Andalucía 2007-2010**. Sevilla:UPO,2007.

PEARSON, R. El género cuenta en el desarrollo.In: CARRASCO, Cristina Ed. **Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas** Espana: Icaria-Antracyt,1999.

PICCHIO, A.El trabajo de reproducción, tema central en el análisis de mercado.In: BORDERÍAS *et alli*. **Las mujeres y el trabalho. Rupturas conceptuales**. Barcelona: Icaria Editorial, 1994.

PICCHIO, A. Visibilidad analítica y política del trabalho de reproducción social" en CARRASCO, C. (Ed.) **Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas.** Barcelona: Editorial Icaria-Antracyt,1999.

PICCHIO, A.. Un enfoque macroeconómico "ampliado" de las condiciones de vida. In: **Taller Internacional de Cuentas Nacionales, Salud y Género**. Santiago de Chile: 2001.

POLANYI LEVITT, K. **Karl Polanyi, A subsistência do Homem e ensaios correlatos.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RICO, M.N.y ROBLES, C. Política de Cuidados en América Latina. Forjando la Igualdad. **Serie Asuntos de Género**. Santiago de Chile: CEPAL-Deutsche Zusammenarbeit, 2016.

SEN, A. **Development as Freedom** . Oxford: Oxford University Press,1999.

SEN, G. Poverty, Economic Growth and Gender Equity. The Asian and Pacific Experience.In: Heyzer, N. & SEN, G (Eds.) **Gender, Economic Growth and Poverty. Market Growth and State Planning in Asia and the Pacific**. New Delhi: Khali for Women-International Books, 1994.

SMITH, A. **La riqueza de las naciones**.Barcelona:Editorial Brontes,2012.Ed. original Londres,1776.

WARING, M. **If Women Counted: A New Feminist Economics**. London: McMillan, 1989.